

O Congresso e a esperança

ADROALDO STRECK

O Congresso Nacional é hoje o estuário da esperança brasileira. Não apenas por estar no início uma nova legislatura, mas, principalmente, por estar renovado em mais de 60%. E ainda porque esta nova legislatura reflete um desejo do eleitor claramente expresso nas urnas em 3 de outubro. Mas há outro fator a conduzir para o Legislativo as expectativas nacionais: o precoce desgaste de um governo que se implantou sob o signo da reconstrução e, um ano depois, parece ameaçado pelos escombros de uma destruição ainda não confirmada, mas já antevista.

O atual governo conseguiu em menos de um ano o que o anterior levou quatro para alcançar: se desacreditar junto à opinião pública. O que torna mais grave a atual situação é que o governo tem pela frente quatro anos, que não podem ser arrastados, como foi o quinto ano do mandato de Sarney. A ninguém interessa a devastação do governo. A todos importa seu fortalecimento, para se evitar mais frustrações para a sociedade, que vê minguarem a todo instante suas expectativas de recuperação das perdas monumentais verificadas nos últimos tempos.

Senado e Câmara abrigam a mais legítima representação da sociedade. Os congressistas levados a Brasília pelo voto popular estão diante de um desafio novo: o de assumir responsabilidades junto ao Executivo e, assim, propiciar condições de governabilidade.

Inverte-se, hoje, a posição de um ano atrás. Então se exercia o último período de uma legislatura e se elegia um presidente da República pela primeira vez em três décadas. O escolhido foi o que, ouvindo a reclamação nacional, a transformou em bandeira e pregou a reconstrução, concentrando a esperança. Mas, entre a eleição presidencial, a instalação de seu governo e os dias atuais, o que se vê é

um brutal distanciamento entre povo e Estado. Como nesse período houve outra eleição, é para os eleitos de agora que se volta a expectativa brasileira.

As causas do afastamento Estado/sociedade são diversas e conhecidas: desemprego, arrocho salarial, falência dos serviços públicos básicos e inexistência de investimentos.

Mas não basta mostrar o Congresso funcionando para que, num passe de mágica, a classe política recupere o prestígio. Ao lado dessa necessidade se impõe uma co-responsabilidade pela gestão do País que contraponha à postura imperial do atual ocupante do Executivo a tradição do Parlamento: o entendimento em busca de soluções nacionais.

Esse desafio, se de um lado é favorecido pelo crédito de confiança dado a deputados e senadores neste início de legislatura, por outro não é infinito. A esperança hoje depositada pela sociedade no Parlamento é condicional, como a que foi dada ao governo e agora se esvai. Para mantê-la, o Congresso precisa dizer a que veio. E dizer a que veio significa atuar.

Por natureza, a ação legislativa é lenta, já que busca compatibilizar posições partidárias diferentes. Mas é preciso prestar atenção aos recados da sociedade, cuja impaciência por soluções é legítima, após sucessivas frustrações.

Mesmo sob desgaste, o atual governo tem pela frente mais quatro anos de mandato. Não interessa ao Congresso nem às oposições que o Executivo fracasse. O eleitor espera de quem elegeu que responda com atitudes, para que, no menor prazo possível — pelo respeito às instituições atropeladas por governantes despreparados —, possa o País ingressar num tempo de prosperidade capaz de diminuir o fosso que separa poucos privilegiados da quase totalidade da população.